

OS DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO NAS PROPAGANDAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

Milene Maciel Carlos Leite

Orientadora: Bethania S. Correa Mariani

Doutoranda

RESUMO: A presente pesquisa, realizada em nível de Doutorado, possui como objeto a propaganda governamental televisiva brasileira do período de 1968 a 2017, no que diz respeito à educação pública, nomeada, na Constituição de 1988, como direito social de todos. Consideram-se, em análise, as condições de produção das propagandas, diretamente ligadas ao tecido sócio-histórico-ideológico engendrado ao longo do período, que nos permitem apontar regularidades e dissonâncias nos *discursos sobre* educação. O aporte teórico-metodológico é a Análise do Discurso de orientação francesa, com base em Pêcheux (1997 [1969], 2009 [1975], 2012 [1983]) e Orlandi (2001, 2012, 2013). Nessa apresentação, trazemos à discussão gestos de análise da propaganda referente ao “Novo Ensino Médio”, produzida e posta em circulação pelo atual Governo Federal, no ano de 2017. Trabalhamos, de antemão, com a noção de formações imaginárias. De acordo com Pêcheux (2014 [1969], p. 81-82), “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. A partir desse conceito, perguntamo-nos que imagem se produz para o sujeito aluno, em dadas condições de produção, nessa materialidade significativa (LAGAZZI, 2009) específica?

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; discurso publicitário; formações imaginárias; educação.

Considerações iniciais

Essa apresentação tem como objetivo principal expor o estado de um trabalho, realizado em nível de Doutorado, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. A presente pesquisa possui como objeto a propaganda governamental televisiva brasileira, do período de 1968 a 2017, no que diz respeito à

educação pública, nomeada, na Constituição de 1988, como direito social de todos. Consideram-se, em análise, as condições de produção das propagandas, diretamente ligadas ao tecido sócio-histórico-ideológico engendrado ao longo do período, que nos permitem apontar regularidades e dissonâncias nos *discursos sobre* educação. O aporte teórico-metodológico é a Análise do Discurso de orientação francesa, com base em Pêcheux (1997 [1969], 2009 [1975], 2012 [1983]) e Orlandi (2001, 2012, 2013).

Nessa apresentação, trazemos à discussão gestos de análise da propaganda referente ao “Novo Ensino Médio”, produzida e posta em circulação pelo atual Governo Federal, no ano de 2017. O que apresentamos, assim, é um recorte de nosso trabalho. Antes de apresentá-lo, julgamos necessário discorrer a respeito da medida que resulta na propaganda, dar a ela espessura social, histórica e política.

No ano de 2017, o Governo Federal brasileiro propôs uma mudança nas leis de educação, especificamente as que regem o Ensino Médio no país. A Medida Provisória nº 746, de 2016, de autoria da Presidência da República e enquadrada no assunto “Social – Educação”, aponta, entre outras ações, conforme o site do Senado Federal, a instituição do ensino integral, o aumento progressivo da carga horária anual para 1.400 horas, a retirada da arte e da educação física como matérias obrigatórias no Ensino Fundamental e Ensino Médio, a obrigatoriedade da língua inglesa a partir do 6º ano do Fundamental e a não obrigatoriedade do ensino das demais línguas, a formação por áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, humanas e formação técnica e profissional), determinadas pelas instituições de ensino. Em mesmo site, há a “Situação Atual” da medida e o resultado da “Consulta pública”, apurado em 18 de setembro de 2017, um ao lado do outro. Retiro do site essa materialidade:



Figura 1: Consulta pública no site do Senado Federal

Em detalhes:

Situação Atual

Tramitação encerrada

Decisão:	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão
Destino	À sanção
Norma jurídica gera...	Lei nº 13.415 de 16/02/2017
Último local:	05/06/2017 - Coordenação de Arquivo
Último estado:	17/02/2017 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Figura 2: Situação atual da consulta pública no site do Senado Federal

Participe

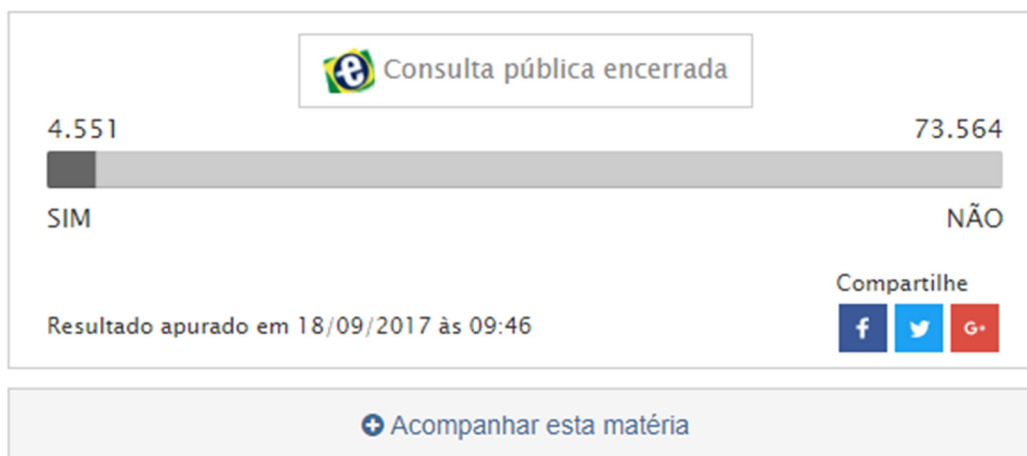


Figura 3: Resultado da consulta pública no site do Senado Federal

De um lado, atesta-se a aprovação da Medida; de outro, a apuração de uma consulta pública que materializa um resultado majoritariamente negativo em relação a essa mesma aprovação. Podemos ler, diante da atual conjuntura, a impopularidade da Medida no âmbito social e o prosseguimento da mesma, no âmbito jurídico-político. Tal leitura nos permite resignificar o “Assunto” atribuído à medida: “Social – Educação”. Que “Social”, se a sociedade não é ouvida? A decisão sobre pauta tão importante,

Constitucional, como a Educação, foi tomada desconsiderando-se a vontade da maioria. É esse o tecido que dá base às propagandas televisivas, cujo objetivo inicial é apresentar essa Medida Provisória, não com a exposição do texto legal, nem com a fala oficial da Presidência da República, mas sim por meio da linguagem publicitária, entendida, por nós, como discurso, por se abrir à leitura e produzir efeitos de sentido.

Conforme Pereira (2006), a propaganda é uma forma paga de anunciar uma ideia, um produto, uma empresa. No caso da que estamos analisando, trata-se de uma mídia televisiva, financiada pelo Governo Federal, para apresentar/ vender uma ideia. Nesse arranjo, produzem-se dizeres sobre a educação pública e sobre o aluno, que nos interessam particularmente, do ponto de vista discursivo. A partir disso produziremos gestos de análise sobre a propaganda “Novo Ensino Médio”.

Uma análise possível

Propaganda “Novo Ensino Médio”

Novo ensino Médio. Quem conhece, aprova.

- Eu quero fazer jornalismo.

- Eu quero ser professora, é o que eu amo.

- E eu design de games.

- Eu quero curso técnico, para já poder trabalhar.

Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar, de acordo com a sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro.

- Quem conhece o Novo Ensino Médio, aprova!

Acesse o site e saiba mais.

Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=WVLY3oCIZuc>

Nesse artigo, trabalhamos, em nossos gestos de leitura, com a noção de imaginário. Em Pêcheux, esse conceito é formulado desde o *Análise Automática do Discurso* – 1969, com as “formações imaginárias” que perpassam todo discurso. Ao tomar a palavra, ou seja, ao se lançar no simbólico, o sujeito o faz atravessado pela imagem que faz de si mesmo, de seu interlocutor, da posição por ele ocupada, entre outros jogos de formações (PÊCHEUX, 1990 [1969]). Assim, a posição ocupada pelo sujeito, no discurso, se dá a partir do imaginário, que permite projeções, antecipações, que não se dão fora de estruturas sociais e ideológicas já definidas.

Mariani (1996) afirma: “A ideologia [...] é um **mecanismo imaginário** através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, i.e., natural para ele enunciar daquele lugar (MARIANI, 1998, p. 25, grifo nosso). O mecanismo imaginário, desse modo, é ideológico, e, como tal, opera naturalizando sentidos e posições, que se colocam, para o sujeito, como óbvios.

A partir desse conceito, perguntamo-nos: que imagem se produz para o sujeito aluno, dadas as condições de produção, nessa materialidade significativa (LAGAZZI, 2009) específica?

Com o objetivo de apresentar uma das mudanças pertencentes à Medida Provisória, a que diz respeito à divisão por áreas do conhecimento, atribuída, no texto legal, como responsabilidade das instituições de ensino, a propaganda significa o aluno, a partir de um jogo de imagens que o coloca como aquele que “quer” e, a partir do “Novo Ensino Médio”, também “pode”. Tal leitura se faz possível a partir da repetição do verbo “quero”, seguido do verbo “fazer” e “ser”, em “Eu quero fazer Jornalismo”, “Eu quero ser professora”, “Eu quero um curso técnico”.

Sabemos, ao considerarmos o nosso tecido sócio-histórico, que os alunos das escolas públicas em nosso país são constantemente significados, a partir de uma memória discursiva, como os que podem pouco, ou seja, os que sofrem as injunções de um sistema de ensino deficitário, reflexo políticas que não priorizam a educação. O “querer” dos alunos está, constantemente, significado em relação a esse pouco poder.

Na propaganda em questão, na leitura que fazemos, o efeito de sentido que, de antemão, se produz sustenta uma imagem contrária. O que se materializa, nessa propaganda, a partir do pequeno recorte que instituímos, é uma disputa por sentidos sobre o aluno, significado a partir da Medida que se quer implementar. Com o “Novo Ensino

Médio”, os alunos são significados como os que querem e podem, os que possuem liberdade para escolher.

É possível afirmar, a partir dessa leitura, que o Novo Ensino Médio, do modo como é apresentado nessa propaganda, ao sustentar a imagem do sujeito aluno como o que pode, silencia as condições de produção das escolas públicas no Brasil e o projeto de educação em curso. Há um querer e um poder próprios das condições das instituições de ensino no Brasil, dependentes de investimentos públicos, de verbas e afins, que não são, em nenhum momento, colocados na propaganda.

Compreendemos que, nesse deslize entre o que será de responsabilidade das escolas, com os seus querereres e poderes, não colocados na propaganda, e o modo como se atribui a responsabilidade aos alunos, que passam a poder mais, com a Medida, produz-se um silenciamento, enquanto um dizer “x” para não dizer “y”. Por “silêncio”, compreendemos, junto a Orlandi (1992, p. 23), como “a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa”.

Considerações finais

As considerações aqui expostas, resultado, conforme já dito, de um recorte diante de nosso material de trabalho, são fruto de uma análise em curso, aberta, ainda a muitas leituras. Por isso, as noções de imaginário, formações imaginárias, silêncio e silenciamento merecem ser abordadas em maior profundidade, por servirem como operadores para que possamos dar contornos ao nosso objeto de estudos, a saber, o modo como as propagandas governamentais, ao longo da história, instituem sentidos para a educação e o aluno.

REFERÊNCIAS

LAGAZZI, S. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.) *O discurso na contemporaneidade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009, p. 65-78.

MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 256 f. Tese (doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1996.

ORLANDI, E [1983]. *A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Efeitos do verbal sobre o não-verbal*. Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade), nº 1. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. [1996] *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. [1990] *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed., Campinas: Pontes, 2013.

_____. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. [1969] In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 6ª e. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Ler o Arquivo Hoje*. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de Leitura*, Eni P. Orlandi (org), Ed. Unicamp, Campinas, 2014, p. 57-68.

PEREIRA, R. *Discurso e publicidade: dos processos de identificação e alteridade pela propaganda brasileira*. 351f. Tese (Doutorado), Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2006.